

Confronto será 4ª, diz Ibsen

O presidente da Câmara, deputado Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), anunciou para a próxima quarta-feira o mais importante confronto entre Governo e Oposição. O confronto ocorrerá na votação dos vetos do presidente Fernando Collor à política salarial aprovada pelo Congresso. A data foi acertada entre Ibsen Pinheiro e o presidente do Senado, Mauro Benevides (PMDB-CE). Ontem, Ibsen reuniu para um almoço líderes dos partidos de oposição, incluindo o PTB: todos dispostos a derrubar os vetos e trazer de volta a reindexação dos salários mais baixos. Juntos, esses partidos reúnem 284 deputados — 32 a mais que a maioria absoluta da Câmara.

Ibsen Pinheiro admitiu, porém, dificuldades para a derrubada dos vetos. Na primeira tentativa, feita na semana passada, a Oposição acabou esvaziando o plenário quando se deu conta de que estava desfalcada em 15 votos. "Temos que levar em consideração que cerca de 15 por cento dos deputados sempre faltam", contabilizou o líder do PTB, Gastone Righi (SP).

Righi avalia que serão necessários alguns votos de partidos aliados do Governo para garantir a derrubada de vetos como a prefixação bimestral dos salários mais baixos e o aumento imediato do salário mínimo. "Estamos numa posição mais ofensiva", confia o líder do PT, José Genoíno (SP).

A Oposição também se comprometeu durante o almoço a votar um projeto alternativo à reforma tributária proposta pelo Governo, até o início do recesso parlamentar, mesmo que as férias tenham de começar depois do dia 16 de dezembro, como está previsto.

Segundo o relato do deputado José Genoíno, a avaliação dos parlamentares oposicionistas é de que o Governo poderá usar a eventual não aprovação do aumento dos impostos para

culpar o Congresso pelo agravamento da crise econômica. Já as emendas constitucionais propostas pelo presidente Collor só deverão ser votadas em 1993, de acordo com a opinião dos líderes do PMDB, PSDB, PDT, PTB, PT, PSB, PCB e PC do B.

Polêmicas — Se depender da Oposição, o plebiscito sobre o regime de governo pode ser antecipado para abril de 1993 e uma comissão de sistematização poderá ser instalada no mês seguinte, para dar início aos trabalhos da reforma constitucional. Apoiaram também a proposta do deputado Roberto Freire (PCB/PE) de estabelecer pautas exclusivas para cada uma das matérias polêmicas que serão votadas neste fim de ano. O próprio Ibsen comprometeu-se em lançar mão até dos meios de comunicação — jornais e televisão — para convocar os parlamentares. O líder do PTB, Gastone Righi, também foi convidado.

A reforma fiscal ocupou boa parte das discussões com a sugestão do líder do PDT, Vivaldo Barbosa, de que a Oposição apresente emendas ao substitutivo que está sendo elaborado pela comissão especial que estuda toda a legislação tributária e que será votado ainda este mês. Vivaldo sugeriu que os líderes se inspirem nos sistemas tributários praticados nos Estados Unidos a partir do **New Deal** do presidente Roosevelt, na década de 40, e na social-democracia da Europa pós-guerra. O PDT defende a isenção de tributos para as faixas salariais mais baixas e a elevação das alíquotas para os altos salários (acima de 20 salários mínimos); aliviar os consumidores isentando os produtos alimentícios de IPI e ICM; e a tributação de heranças e ganhos de capital da mesma forma da renda. O líder do PTB insistiu na proposta de descontos entre 0,1 a 0,5 por cento para todos os saques bancários, mas Vivaldo Barbosa reagiu, por se tratar de um novo imposto.